

estudos e pesquisas

nº 95 – 08 de julho de 2020

A Construção Civil e os Trabalhadores: panorama dos anos recentes

DI ESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

A Construção Civil e os Trabalhadores: panorama dos anos recentes

Resumo Executivo

O setor da Construção Civil concentra várias atividades bastante importantes para a economia do país. Este estudo tem a finalidade de fornecer subsídios que possibilitem conhecer suas principais características, com informações sobre o desempenho econômico do setor nos últimos anos, o mercado de trabalho e breve perfil dos trabalhadores e dos vínculos de trabalho.

O setor da Construção Civil apresentou forte alta no período de 2004 a 2013. A partir de 2014, vem apresentando resultados negativos, com quatro anos de quedas superiores à própria queda do Produto Interno Bruto (PIB) total. Apenas em 2019, esse setor voltou a apresentar resultado positivo, mas ainda bastante modesto em relação à queda sofrida nos últimos anos. Como resultado desse mau desempenho, a participação do setor no PIB, que chegou a ser de 6,5% em 2012, caiu para 3,7% em 2019.

Após um período de redução entre 2014 e 2017, o crédito para a Construção Civil voltou a crescer em 2018, puxado inicialmente pelo crédito para pessoas jurídicas (empresas). O crédito para pessoas físicas tem apresentado uma recuperação mais lenta. Contudo, a participação do crédito para pessoa física é bastante relevante, uma vez que representa em torno de 86% do crédito total para o setor, com destaque para os recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Indicadores conjunturais mais recentes mostravam que o setor vinha apresentando maior atividade, a partir do 2º semestre de 2019. No entanto, essa tendência não se manteve em 2020. Mesmo antes da pandemia da Covid-19, o setor já dava sinais de desaceleração.

A Construção Civil se caracteriza por alta informalidade dos vínculos de trabalho. Em 2019, os ocupados por conta-própria sem contribuição para a Previdência (41,9% do total) e os empregados sem carteira de trabalho no setor privado (19,9%) representavam

61,8% dos ocupados. O comportamento do mercado de trabalho no setor seguiu a tendência geral verificada no Brasil, com queda significativa dos postos de trabalho, no período entre 2014 e 2018 e perda de 1,2 milhão de ocupações. Em 2018, o setor da Construção Civil começa a registrar leve recuperação na geração de empregos, tendência que seguiu até fevereiro de 2020.

Analisando o perfil dos trabalhadores formais do setor da Construção Civil, observa-se que a maioria da categoria é formada por homens, representando 90,1% do total. A remuneração média dos homens era inferior à remuneração média das mulheres, diferente do que ocorre em outros setores. A faixa etária mais representativa é de 30 a 39 anos, que representa quase um terço dos trabalhadores. Quanto ao grau de instrução, 47,3% dos trabalhadores têm o Ensino Médio Completo.

Os vínculos de trabalho no setor da Construção Civil caracterizam-se pela curta duração, em parte influenciada pelas particularidades das atividades do setor. Em dezembro de 2018, mais da metade dos trabalhadores tinha menos de um ano de vínculo (50,8%). O setor é caracterizado pela participação significativa das pequenas (de 20 a 99 vínculos) e microempresas (até 19 vínculos) na geração de empregos formais.

Apesar da crise, a maioria das negociações coletivas do setor, em 2020, está conquistando aumento real (53,1%) e mais de um quarto está conseguindo repor a inflação (26,5%). Dois terços das negociações analisadas, que contêm reajuste salarial, são referentes às datas-bases do 1º trimestre. Além da questão salarial, várias negociações têm contemplado a crise sanitária do coronavírus. Em negociações realizadas entre os meses de março e maio, verificou-se que 56% continham cláusulas relacionadas à Covid-19. A maioria das cláusulas se referiam às MP 936/2020, MP 927/2020 e MP 928/2020, que tratam do teletrabalho, redução de jornada, férias coletivas, estabilidade, *lay-off*, teletrabalho, banco de horas e seguro desemprego.

SUMÁRIO

• Resumo Executivo.....	02
• Desempenho da atividade econômica.....	05
• Desempenho do setor da Construção Civil.....	07
• Desempenho do Mercado de Trabalho no setor da C. Civil.....	13
• Perfil dos(as) Trabalhadores(as).....	20
• Perfil dos Vínculos.....	21
• Negociações Coletivas na Construção Civil e a Crise da Covid-19.	23
• Convenção Coletiva Especial – Covid-19.....	27
• Greves recentes no setor da Construção Civil (2019-2020).....	28
• Considerações finais.....	31
• Anexos.....	34

A Construção Civil e os Trabalhadores: panorama dos anos recentes

Desempenho da atividade econômica

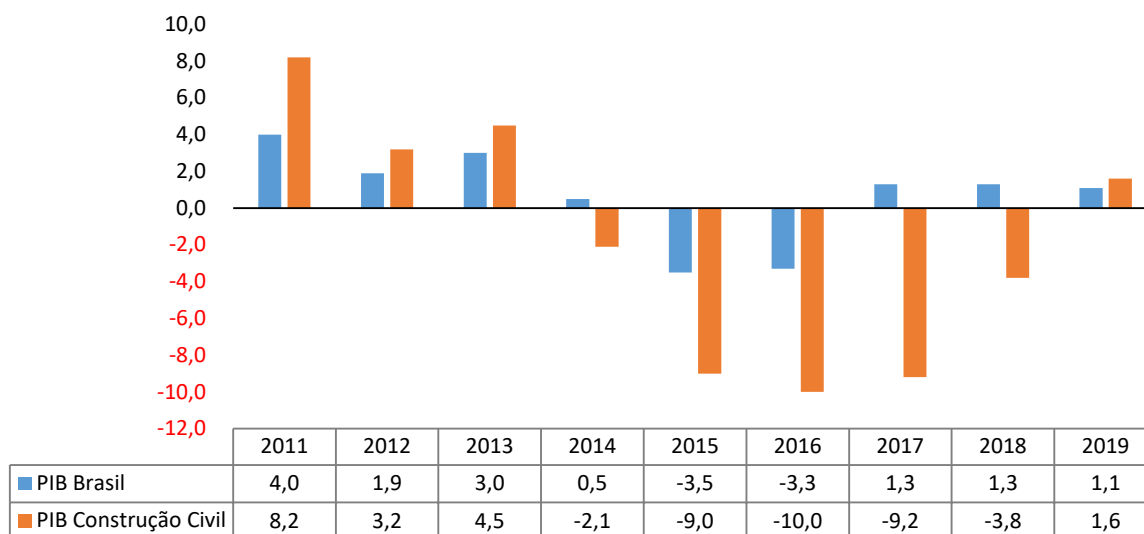
A economia brasileira vem apresentando resultados abaixo das expectativas nos últimos anos. Em 2015 e 2016, foram registradas retrações do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de 3,5% e 3,3%, respectivamente. A partir de 2017, o PIB voltou a crescer, mas muito aquém da necessidade de recuperação da atividade econômica, especialmente no setor industrial, incluindo o setor da Construção Civil. A variação do PIB nacional foi de 1,3% em 2017 e 2018 e de 1,1% em 2019 (Gráfico 1).

O setor da Construção Civil amarga resultados negativos desde 2014, impactado principalmente pela Operação Lava Jato, iniciada em março daquele ano. As principais empreiteiras do país, envolvidas na investigação, registraram forte recuo nas suas atividades, o que, conseqüentemente, também afetou negativamente o emprego no setor da Construção Civil e de atividades correlatas.

Apesar de o PIB brasileiro ter voltado a registrar resultados positivos a partir de 2017, somente em 2019, o PIB da Construção Civil voltou a ficar positivo, após cinco anos consecutivos de queda. Os expressivos recuos registrados a partir de 2014 acumulam cerca de 30% de retração na atividade do setor, no Brasil.

O Gráfico 1, a seguir, ilustra o comportamento do PIB nacional e do PIB do setor da Construção Civil, no período de 2011 a 2019, revelando que a Construção Civil registrou recuos mais intensos e por um período maior que a economia em geral e demorou bem mais para voltar a crescer após o período de crise.

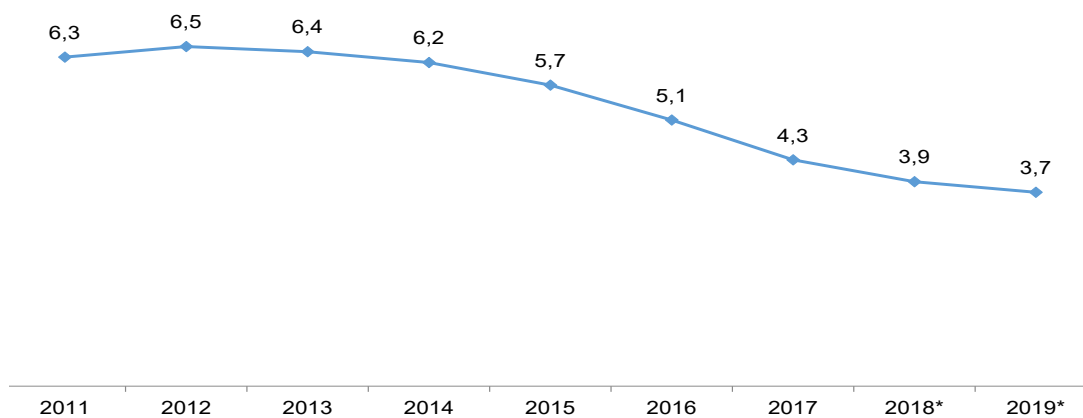
GRÁFICO 1
Variação do PIB geral e do PIB da Construção Civil (%)
Brasil, 2011 a 2019



Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

A Construção Civil tem importante peso na economia brasileira. Dados do IBGE apontam que a participação do setor no PIB nacional chegou a superar os 6%, entre 2011 e 2014. Em 2019, participou com apenas 3,7% do PIB nacional, após redução sistemática de sua participação nos anos anteriores (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Participação da Construção Civil no Produto Interno Bruto (%)
Brasil, 2011 a 2019



Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE
Nota: * Os dados de 2018 e 2019 podem sofrer retificação

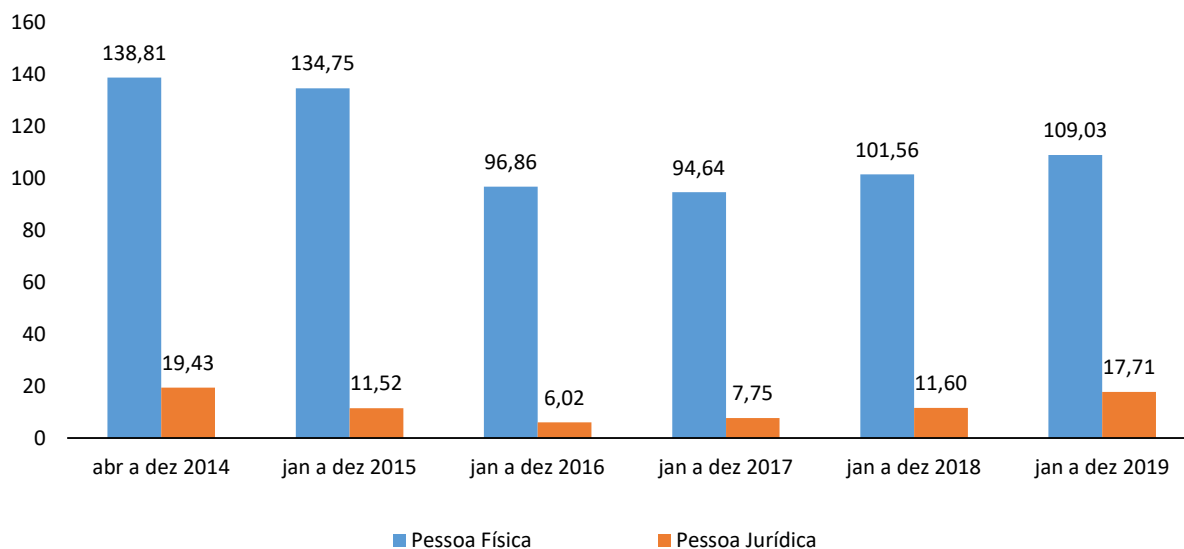
Desempenho do setor da Construção Civil

Dados do Sistema de Informações de Créditos (SCR), disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, a respeito das operações de crédito para Pessoa Física destinadas à construção, reforma, ampliação e aquisição de unidades residenciais e comerciais evidenciam retração de 2,9%, em termos reais (descontada a inflação), no ano de 2015, em relação ao ano anterior. Em 2016, houve forte retração de 28,1% e, em 2017, recuo de 2,3%, em termos reais. O movimento de recuperação do crédito imobiliário para Pessoa Física ocorreu nos anos de 2018 e 2019, quando houve crescimento de 7,3% e 7,4%, respectivamente. Ainda assim, o montante de recursos liberados não voltou ao mesmo patamar de antes da crise do setor. De abril a dezembro de 2014, as operações reais de crédito somaram R\$ 138,8 bilhões e, no ano completo de 2019, R\$ 109,3 bilhões (Gráfico 3).

As operações de crédito para Pessoa Jurídica, destinadas à construção, reforma, ampliação e aquisição de unidades residenciais e comerciais registraram forte retração nos anos de 2015 e 2016, de 40,7% e 47,8%, em termos reais, respectivamente. No entanto, ao contrário do crédito imobiliário para Pessoa Física, a recuperação do crédito para Pessoa Jurídica se deu com intensidade já a partir de 2017 (28,8%). Nos anos de 2018 e 2019, o volume de crédito aumentou 49,7% e 52,7%, respectivamente. Nos meses de abril a dezembro de 2014, as operações reais de crédito somaram R\$ 19,4 bilhões e, no ano completo de 2019, R\$ 17,7 bilhões (Gráfico 3).

Os impactos da Operação Lava Jato, aumento dos juros e da inflação, restrição ao crédito e desemprego, além da grave crise política, foram fatores que impactaram fortemente o crédito no setor no período em análise.

GRÁFICO 3
Créditos imobiliários para Pessoa Física e Pessoa Jurídica
Brasil, abril de 2014 a dezembro de 2019
(em R\$ bilhões de dezembro de 2019)



Fonte: Banco Central do Brasil - Sistema de Informações de Créditos (SCR)

Elaboração: DIEESE

Notas:

(1) Em valores reais de dezembro de 2019 pelo IPCA/IBGE.

(2) Os dados de 2014 estão disponíveis somente a partir de abril.

Ainda assim, é importante frisar que, proporcionalmente, o crédito para Pessoa Jurídica corresponde a menos de 15% do total de crédito do mercado imobiliário. Portanto, o expressivo crescimento verificado nos últimos três anos não tem sido suficiente para recuperar efetivamente as atividades do segmento imobiliário como um todo (Tabela 1).

TABELA 1
Distribuição dos créditos imobiliários entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica
Brasil, abril de 2014 a dezembro de 2019
(em R\$ milhões de dezembro de 2019)

Período	Pessoa Física		Pessoa Jurídica	
	R\$ milhões	% total	R\$ milhões	% total
abr a dez 2014	R\$ 138.811	87,7%	R\$ 19.432	12,3%
jan a dez 2015	R\$ 134.745	92,1%	R\$ 11.521	7,9%
jan a dez 2016	R\$ 96.863	94,2%	R\$ 6.016	5,8%
jan a dez 2017	R\$ 94.644	92,4%	R\$ 7.747	7,6%
jan a dez 2018	R\$ 101.562	89,7%	R\$ 11.600	10,3%
jan a dez 2019	R\$ 109.030	86,0%	R\$ 17.709	14,0%

Fonte: Banco Central do Brasil - Sistema de Informações de Créditos (SCR)

Elaboração: DIEESE

Notas:(1) Em valores reais de dezembro de 2019 pelo IPCA/IBGE.

(2) Os dados de 2014 estão disponíveis somente a partir de abril.

As fontes dos recursos das operações de crédito destinadas à construção, reforma, ampliação e aquisição de unidades residenciais e comerciais são variadas, mas as principais são provenientes do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tanto para Pessoa Física quanto para Pessoa Jurídica. Os créditos imobiliários para Pessoa Física provenientes do SFH e do FGTS responderam por cerca de 85% do total liberado no período em análise, chegando a 91,3%, em 2017 e 91,4%, em 2019. Há, também, para Pessoas Físicas, a modalidade de crédito denominada *Home Equity* que é uma opção para quem precisa de um empréstimo pessoal, mas quer fugir de um custo muito alto. O *Home Equity*, ou Empréstimo com Garantia de Imóvel, é uma modalidade na qual um imóvel é dado em garantia do empréstimo, como uma hipoteca (Tabela 2).

TABELA 2
Distribuição dos Créditos Imobiliários para Pessoa Física por fonte do recurso (%)
Brasil, abril de 2014 a dezembro de 2019

Período	Comercial	Home Equity	Livre	SFH	FGTS	Total
abr a dez 2014	0,5%	2,6%	19,8%	50,0%	27,2%	100,0%
jan a dez 2015	0,5%	2,3%	18,8%	37,5%	40,9%	100,0%
jan a dez 2016	0,5%	3,1%	9,4%	34,2%	52,7%	100,0%
jan a dez 2017	0,4%	2,6%	5,6%	34,4%	56,9%	100,0%
jan a dez 2018	0,4%	2,5%	8,4%	38,8%	49,9%	100,0%
jan a dez 2019	0,4%	2,7%	5,5%	51,4%	40,0%	100,0%

Fonte: Banco Central do Brasil - Sistema de Informações de Créditos (SCR)

Elaboração: DIEESE

Nota: Os dados de 2014 estão disponíveis somente a partir de abril.

No caso da Pessoa Jurídica, os créditos imobiliários provenientes do SFH e do FGTS chegaram a responder por 88%% do total, em 2014 e 77,3%, em 2015. Mas sua participação caiu bastante em 2016 (50,6%), com relativa recuperação em 2017 (59,6%), em 2018 (59,4%) e em 2019 (65,0%), não recuperando, contudo, o patamar anterior à crise do setor. Neste período, o Crédito Livre¹ ganhou participação entre as fontes de recursos. Ainda assim, é inegável a importância do SFH e do FGTS para o financiamento habitacional no país (Tabela 3).

TABELA 3
Distribuição dos Créditos Imobiliários para Pessoa Jurídica,
por fonte do recurso (%)
Brasil, abril de 2014 a dezembro de 2019

Período	Comercial	Livre	SFH	FGTS	Total
abr a dez 2014	9,1%	2,8%	46,9%	41,1%	100,0%
jan a dez 2015	10,1%	12,5%	22,9%	54,4%	100,0%
jan a dez 2016	4,9%	44,4%	16,4%	34,2%	100,0%
jan a dez 2017	9,3%	31,1%	19,0%	40,6%	100,0%
jan a dez 2018	6,1%	34,5%	12,2%	47,2%	100,0%
jan a dez 2019	10,8%	24,1%	19,2%	45,8%	100,0%

Fonte: Banco Central do Brasil - Sistema de Informações de Créditos (SCR)

Elaboração: DIEESE

Nota: Os dados de 2014 estão disponíveis somente a partir de abril.

Criado em 1964, pela Lei nº 4.380, o SFH tem como objetivo reduzir o déficit habitacional do país e ampliar o acesso à moradia, direito garantido pela Constituição Federal, oferecendo crédito de longo prazo com juros baixos. O programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, é uma das iniciativas que fazem parte do SFH. A utilização dos recursos da conta do FGTS também está prevista no SFH, mas a robustez do fundo depende do nível de emprego e da massa salarial do país, que no período recente seguem em baixa.

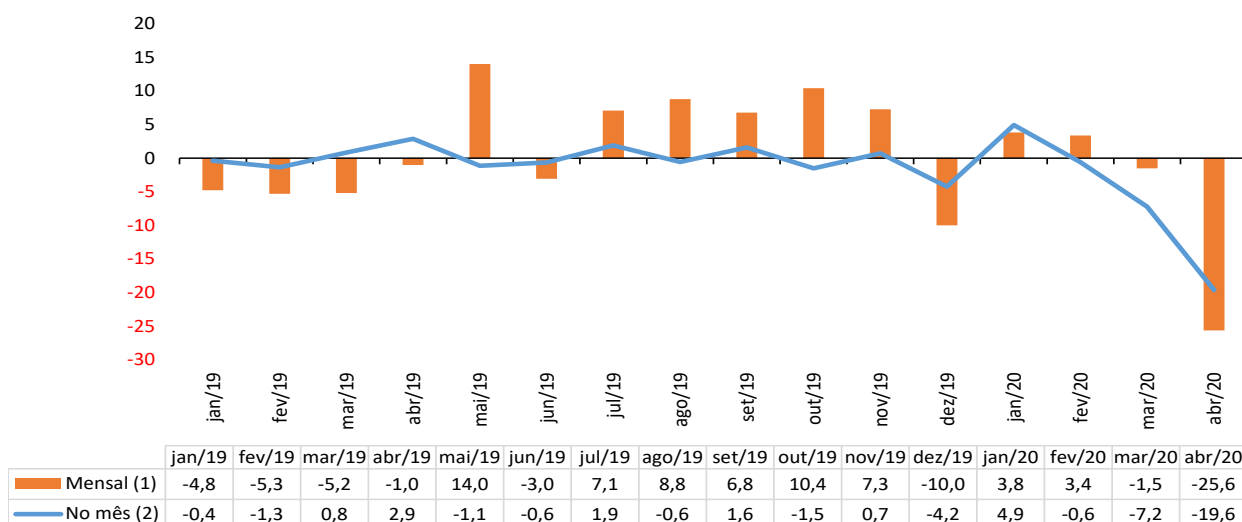
Além disso, medidas recentes como a Medida Provisória 889, que se converteu na Lei 9.932 de 11 de dezembro de 2019, passaram a permitir saques dos saldos das contas ativas e inativas do FGTS, para além das possibilidades previstas anteriormente. Essas medidas têm o objetivo de aquecer a demanda e injetar mais recursos na economia. O FGTS passou a ser utilizado não só como fonte de recursos para a aquisição da casa própria e para investimentos em infraestrutura (saneamento, mobilidade e etc.), mas

¹ Nas operações de Crédito Livre, as instituições financeiras têm autonomia sobre a destinação dos recursos captados e sobre a definição das taxas de juros.

também como um instrumento de estímulo ao aquecimento da atividade econômica. A consequência imediata disso foi a redução dos recursos disponíveis para investimento no setor da Construção Civil.

O indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) da Construção Civil, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apontava recuperação mais consistente do investimento produtivo no setor no segundo semestre de 2019, em relação ao ano anterior, com exceção de dezembro, quando houve recuo de 10,0% em relação a dezembro de 2018. Em janeiro e fevereiro de 2020, os investimentos continuaram crescendo, mas voltaram a cair em março (-1,5%) e abril (-25,6%). O resultado do último mês reflete, sobretudo, o forte impacto da crise resultante da pandemia da Covid-19 sobre os investimentos. Na comparação com os meses imediatamente anteriores (com ajuste sazonal), as oscilações do investimento da Construção Civil são mais frequentes no período analisado. Em 2020, verifica-se recuo do indicador de FBCF a partir de fevereiro, com leve redução de 0,6% em relação a janeiro. Nos meses seguintes, a intensidade da queda foi aumentando e, em abril, foi registrada variação de -19,6% em relação a março (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Formação Bruta de Capital Fixo (%)
Variação mensal e sobre o mês imediatamente anterior
Brasil, janeiro de 2019 a abril de 2020



Fonte: Indicador de Formação Bruta de Capital Fixo - Ipea

Elaboração: DIEESE

Notas:

(1) Em relação ao mesmo mês do ano anterior.

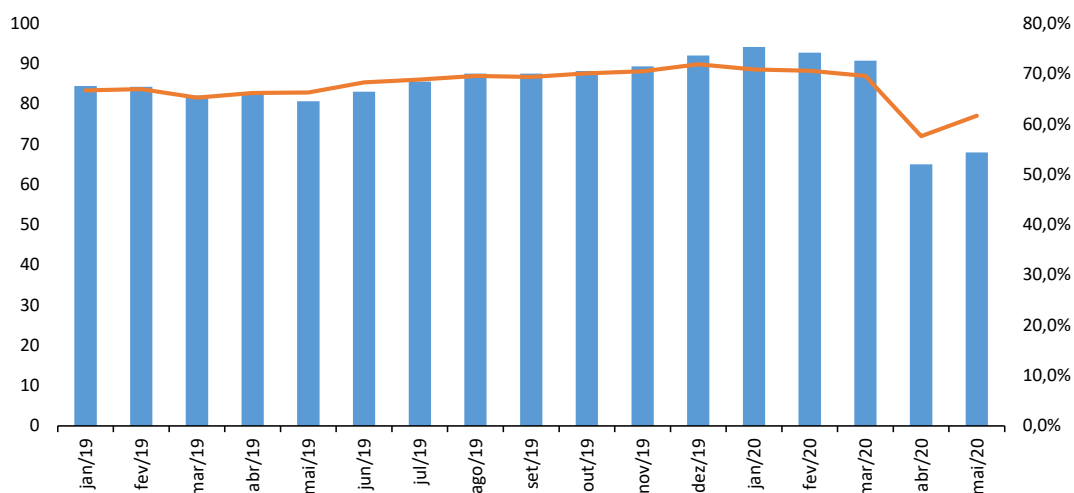
(2) Em relação ao mês imediatamente anterior, série com ajuste sazonal.

Em abril de 2020, o governo federal anunciou o Pró-Brasil, um projeto de recuperação econômica para tentar minimizar os efeitos negativos já esperados em função da pandemia. O projeto foi divulgado com um orçamento estimado em R\$ 30 bilhões vindos do Tesouro Nacional e R\$ 250 bilhões em concessões à iniciativa privada. O objetivo central do projeto seria geração de empregos e recuperação da infraestrutura do país, através de obras públicas e parcerias com o setor privado. No entanto, não foram apresentadas as áreas que receberiam investimentos, nem de que forma isso seria realizado.

Com relação às expectativas do setor, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV) realiza e divulga mensalmente a Sondagem da Construção. A análise do Índice de Confiança dos empresários aponta uma tendência de queda do indicador entre dezembro de 2018 (85,2) e maio de 2019 (80,7), à exceção de abril, quando houve leve recuperação (Gráfico 5). Na sequência, verifica-se aumento no Índice de Confiança, entre os meses de junho de 2019 e janeiro de 2020, quando atinge 94,2 pontos. Nos meses de fevereiro a abril de 2020, constatam-se quedas no indicador, para 92,8 pontos em fevereiro (-1,49%), 90,8 pontos em março (-2,16%) e 65,0 pontos em abril (-28,41%). Esta última queda ocorreu, possivelmente, em consequência da pandemia da Covid-19. Em maio de 2020, o Índice de Confiança apresenta pequena recuperação, passando para 68,0 pontos (+4,62%), em decorrência da melhora relativa das expectativas dos empresários para os próximos três e seis meses. Apesar do resultado positivo de maio, o Índice de Confiança no setor acumula queda de 26,2 pontos (-27,81%), em relação a janeiro de 2020 (Gráfico 5, colunas azuis, índice no eixo esquerdo do gráfico).

Outro indicador importante, que faz parte da Sondagem da Construção, é o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), que, no período analisado, também apresentou oscilações. Houve tendência de alta de maio a dezembro de 2019, com o NUCI passando de 66,2%, em abril, para 71,9%, no último mês do ano passado. Mas, a partir de janeiro de 2020, o percentual de utilização da capacidade instalada se reduz, chegando a 57,6% em abril, o que representa uma abrupta queda de 17,2% em relação a março. Em maio de 2020, observa-se melhora do indicador, que se situou no patamar de 61,7%, mas ainda com redução de 14,2% em relação aos 71,9% de dezembro de 2019 e de 6,8% em relação aos 66,2% de abril de 2019 (Gráfico 5, linha vermelha, porcentagens no eixo direito do gráfico).

GRÁFICO 5
Índice de Confiança e Nível de Utilização da Capacidade Instalada (%)
Brasil, janeiro de 2019 a maio de 2020



	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20
Índice de Confiança	84,5	84,3	82,1	82,5	80,7	83,1	85,6	87,6	87,6	88,2	89,4	92,1	94,2	92,8	90,8	65,0	68,0
Utilização da Capacidade	66,7%	67,0%	65,3%	66,2%	66,3%	68,3%	68,9%	69,6%	69,4%	70,1%	70,5%	71,9%	70,9%	70,6%	69,6%	57,6%	61,7%

Fonte: Sondagem da Construção – FGV IBRE

Elaboração: DIEESE

Levantamento realizado pela CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) entre os dias 25 a 29 de maio sobre o andamento das obras durante a pandemia, com base nas informações repassadas por sindicatos e associações patronais, aponta que na maioria dos estados as obras estaduais estavam em andamento, em todos os estados das regiões Centro Oeste, Sul e Sudeste, na Região Norte no Amazonas e Amapá e na Região Nordeste nos estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nos estados de Pará e Pernambuco apenas as obras públicas estavam em andamento. Todas as obras estavam paradas nos estados no Ceará, Piauí e Sergipe, e em cinco estados não tinham informações, são eles: Acre, Bahia, Rondônia, Roraima e Tocantins.

No levantamento realizado entre os dias 8 e 12 de junho, que contém informações de apenas 11 estados, verificamos alterações na situação em três estados, que passaram a apresentar todas as obras em andamento, que são a Bahia, Ceará e Pernambuco.

Desempenho do mercado de trabalho no setor da Construção Civil

A crise na Construção Civil brasileira repercutiu de forma desfavorável no mercado de trabalho, reduzindo drasticamente o nível de ocupação no setor por cinco anos consecutivos (2014-2018). As informações captadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

revelam que, de um total de 7,96 milhões de ocupados na Construção Civil², em 2013, o estoque de trabalhadores caiu para 6,74 milhões, em 2018, uma redução de 1,22 milhão de postos de trabalho (-15,3%), conforme a Tabela 4. Após ligeira recuperação em 2019 (+87,5 mil vagas), o nível de ocupação volta a cair no primeiro trimestre de 2020, para 6,38 milhões de pessoas, o mais baixo do período analisado. (Tabela 4).

Na análise por segmento do setor da Construção Civil, observam-se comportamentos diferentes da ocupação no período em análise. No segmento de Construção de Edifícios, a ocupação vem caindo desde 2014, com exceção do ano de 2016, quando houve aumento de 2,7%. No período de 2012 a 2019, a ocupação acumula recuo de 5,7% neste segmento. Nas Obras de Infraestrutura, por sua vez, registrou-se expressivo aumento da ocupação nos anos de 2014 a 2016 e também em 2018. Com isso, a variação positiva acumulada no período de 2012 a 2019 é de 62,5%. Por fim, o segmento de Serviços Especializados para Construção acumula o maior recuo no total de ocupados entre 2012 e 2019, com variação de -24,6%. Já no 1º trimestre de 2020, todos os segmentos do setor registraram retração no total de ocupados em relação ao fim de 2019. Na Construção de Edifícios, houve queda de 7,9%; em Obras de Infraestrutura, o recuo foi de 14,6% e, nos Serviços Especializados para Construção, a variação foi de -0,6%. Assim, o estoque de ocupados no setor da Construção Civil ficou 6,5% menor no trimestre.

O segmento de Construção de Edifícios é o que tem maior peso no total de ocupados do setor, tendo chegado a representar 76,7% em 2013. No 1º trimestre de 2020, respondia por 55,9% do total. O segmento de Obras de Infraestrutura, a despeito de ter aumentado expressivamente o número de ocupados entre 2014 e 2016, respondeu por apenas 5,7% do total do setor no 1º trimestre de 2020, após alcançar 7,6% do total de postos de trabalho, em 2016. A participação dos ocupados no segmento de Serviços Especializados para Construção era de 31,5%, em 2012, reduzindo-se para 23,6%, no 1º trimestre de 2020.

² São consideradas ocupadas, aquelas pessoas com trabalho remunerado, ainda que não estejam formalizadas no emprego.

TABELA 4
Estimativa do total de ocupados na Construção Civil
por Segmento de Atividade
Brasil, 2012 a 2019 e 1º trimestre de 2020

Ano	Construção de edifícios		Obras de infraestrutura		Serviços especializados para construção		Total	
	Ocupados	Part. %	Ocupados	Part. %	Ocupados	Part. %	Ocupados	Part. %
2012	4.821.999	64,4	306.303	4,1	2.358.474	31,5	7.486.777	100,0
2013	5.745.906	76,7	294.017	3,9	1.916.447	25,6	7.956.370	100,0
2014	5.229.248	69,8	321.288	4,3	2.183.485	29,2	7.734.022	100,0
2015	4.877.156	65,1	447.829	6,0	2.299.250	30,7	7.624.235	100,0
2016	5.006.992	66,9	568.356	7,6	1.823.075	24,4	7.398.424	100,0
2017	4.751.665	63,5	438.771	5,9	1.822.237	24,3	7.012.674	100,0
2018	4.550.618	60,8	490.983	6,6	1.693.748	22,6	6.735.349	100,0
2019	4.545.906	60,7	497.714	6,6	1.779.241	23,8	6.822.861	100,0
1º trim. 2020	4.185.486	55,9	425.296	5,7	1.769.283	23,6	6.380.065	100,0

Fonte: PNAD Contínua - IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: Considerando as pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

A distribuição dos ocupados na Construção Civil por posição na ocupação revela o elevado grau de informalidade no setor. Os trabalhadores por conta-própria sem contribuição para a Previdência correspondiam a 41,9% do total de ocupados em 2019. Somados aos 19,9% de empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, representam 61,8% dos ocupados do setor. Os empregados formais no setor privado (com carteira de trabalho assinada) eram 22,2% do total de ocupados, os trabalhadores por conta-própria contribuintes para a Previdência eram 10,5%, os empregadores contribuintes para a Previdência, 2,6%, e os empregadores sem contribuição para a Previdência, 2,3%. Outras posições na ocupação somaram 0,6% em 2019 (Tabela 5).

No segmento de Construção de Edifícios e de Serviços Especializados para Construção, os trabalhadores por conta-própria sem contribuição para a Previdência também tinham maior peso em relação ao total de ocupados: 44,7% e 45,9%, respectivamente. No segmento de Obras de Infraestrutura, a maior parte dos ocupados eram empregados formais no setor privado: 74,6% do total. Em seguida, aparecem os empregados informais no setor privado (sem carteira), com 14,6% das ocupações. Outras posições na ocupação responderam por 10,8% do total. A própria característica desta atividade, que é muito influenciada pelos contratos de obras públicas, leva à maior exigência de formalização dos vínculos de trabalho. Em contraste, os empregados formais no setor privado correspondiam a apenas 16,5% do total de ocupados no segmento de Construção de Edifícios e a 22,1% nos Serviços Especializados para Construção. Já os

empregados informais no setor privado somavam 24,4% dos ocupados na Construção de Edifícios e 9,7% nos Serviços Especializados para Construção. Por fim, os trabalhadores por conta própria contribuintes para a Previdência eram 9,0% na Construção de Edifícios e 16,6% nos Serviços Especializados para Construção. Os empregadores, com ou sem contribuição para a Previdência, correspondiam a cerca de 5,0% do total de ocupados, tanto na Construção de Edifícios quanto nos Serviços Especializados para Construção.

Na análise do período de 2012 a 2019, a soma dos trabalhadores por conta-própria sem contribuição para a Previdência e dos empregados no setor privado sem carteira sempre supera a metade dos ocupados na Construção Civil, mas chega ao seu menor nível em 2013, quando respondia por 54,0% dos ocupados do setor. O maior nível foi justamente no ano de 2019, após 6 anos consecutivos em alta. Os empregados formais no setor privado, por sua vez, atingiram seu maior nível (33,2%) em 2013 e caíram por seis anos, alcançando seu menor nível (22,1%), em 2019. Os trabalhadores por conta-própria com contribuição para a Previdência vinham aumentando sua participação durante todo o período analisado, tendo saído de 6,8%, em 2012, para 10,7%, em 2018. Em 2019, contudo, recuou levemente para 10,5% do total de ocupados do setor. Os empregadores com ou sem contribuição para a Previdência correspondiam a menos de 5,0% no período, com exceção do ano de 2018, quando atingiram 5,7% (Anexo 1).

TABELA 5
Distribuição dos ocupados na Construção Civil segundo posição na ocupação, por Segmento de Atividade - Brasil, 2019

Posição na ocupação	Construção de edifícios		Obras de infraestrutura		Serviços especializados para construção		Total (2)	
	Ocupados	Part. %	Ocupados	Part. %	Ocupados	Part. %	Ocupados	Part. %
Empregado formal no setor privado	751.189	16,5	371.246	74,6	393.357	22,1	1.515.791	22,2
Empregado informal no setor privado	1.111.383	24,4	72.715	14,6	173.179	9,7	1.357.277	19,9
Empregador sem Previdência	121.788	2,7	(1)	0,0	29.980	1,7	153.778	2,3
Empregador com Previdência	100.788	2,2	(1)	0,0	58.869	3,3	176.097	2,6
Conta-própria sem Previdência	2.029.931	44,7	(1)	0,0	817.420	45,9	2.861.290	41,9
Conta-própria com Previdência	411.285	9,0	(1)	0,0	294.673	16,6	715.445	10,5
Outras posições na ocupação	19.543	0,4	53.753	10,8	11.764	0,7	43.184	0,6
Total	4.545.906	100,0	497.714	100,0	1.779.241	100,0	6.822.861	100,0

Fonte: PNAD Contínua – IBGE Elaboração: DIEESE

Elaboração: DIEESE

Notas:

(1) A amostra não comporta desagregação para a categoria.

(2) A soma das atividades pode não ser igual ao total do setor, uma vez que nem sempre a amostra comporta desagregação.

Cabe lembrar que, estruturalmente, a Construção Civil apresenta alto grau de informalidade dos vínculos de trabalho. Considerando-se apenas os vínculos formais, de

acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia, o estoque de postos de trabalho, que era de 2,89 milhões, em 2013 (apenas 36,4% do estoque total de ocupados naquele ano, segundo a PNAD-C) reduziu-se para 1,84 milhão, em 2017 (menos 1,05 milhão de postos formais). Em 2018, último ano da série da RAIS, o estoque voltou a crescer, com um aumento de 1,24% sobre o ano anterior, o que corresponde a pouco menos de 23 mil postos (Tabela 6).

Na análise por segmentos de atividades do setor da Construção Civil, observa-se que a crise no mercado de trabalho começou primeiro na Construção de Edifícios, com redução no nível de emprego já no ano de 2013. Em seguida, o segmento de Obras de Infraestrutura começou a reduzir o seu nível de emprego, a partir de 2014. Por fim, em 2015, o segmento de Serviços Especializados para Construção passou a registrar recuo no nível de emprego formal. Em 2018, somente o segmento de Construção de Edifícios continuou registrando recuo no emprego formal, pelo sexto ano consecutivo.

A Unidade da Federação (UF) com maior participação no total de trabalhadores no setor da Construção Civil, em 2018, foi São Paulo (27,7%), seguida por Minas Gerais (12,6%) e Rio de Janeiro (8,2%). A mesma ordem se repete nos segmentos de Obras de Infraestrutura e de Serviços Especializados para Construção. No segmento de Construção de Edifícios, a terceira posição é ocupada pela Bahia, com participação de 5,7% no total de empregos formais naquele ano (Anexo 2).

Em relação à remuneração nominal média em dezembro de cada ano, observa-se, no período analisado, que o segmento de Construção de Edifícios apresenta o menor nível e o segmento de Obras de Infraestrutura o maior. Em 2018, a remuneração nominal média era de R\$ 1.888 na Construção de Edifícios, de R\$ 2.565 em Obras de Infraestrutura e de R\$ 2.120 em Serviços Especializados para Construção. No total do setor da Construção Civil, a remuneração nominal média era de R\$ 2.175, em 2018. A Unidade da Federação com a maior remuneração média no setor foi o Rio de Janeiro (R\$ 2.525), seguido pelo Distrito Federal (R\$ 2.492) e por São Paulo (R\$ 2.442) (Tabela 6 e Anexo 2).

TABELA 6
Evolução do emprego formal e da remuneração média⁽¹⁾ na Construção Civil por Segmento de Atividade - Brasil, 2012 a 2018

Ano	Construção de Edifícios		Obras de Infraestrutura		Serviços Especializados para Construção		Total	
	Empregos	Remuneração média (R\$)	Empregos	Remuneração média (R\$)	Empregos	Remuneração média (R\$)	Empregos	Remuneração média (R\$)
2012	1.157.108	1.334,56	945.889	2.159,70	729.573	1.437,90	2.832.570	1.636,72
2013	1.150.056	1.478,47	955.272	2.399,89	787.229	1.575,00	2.892.557	1.809,04
2014	1.114.383	1.594,01	889.164	2.512,09	812.139	1.718,34	2.815.686	1.919,79
2015	955.053	1.736,78	730.394	2.507,31	737.217	1.836,34	2.422.664	1.999,38
2016	763.647	1.871,53	589.948	2.569,52	631.809	1.967,99	1.985.404	2.109,63
2017	671.754	1.881,24	561.655	2.590,75	605.549	2.068,13	1.838.958	2.159,48
2018	663.374	1.887,64	575.217	2.565,32	623.255	2.120,24	1.861.846	2.174,87

Fonte: RAIS – Ministério da Economia

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Remuneração nominal média em dezembro de cada ano.

Para o ano de 2019, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), disponibilizados pelo Ministério da Economia, de janeiro a dezembro o saldo de emprego formal no setor da Construção Civil ficou positivo em 71.115 postos no Brasil, seguindo a tendência de crescimento iniciada em 2018. Este saldo é resultado de um maior número de admissões que de desligamentos ao longo do ano e considera as declarações entregues fora do prazo. Do saldo total registrado no setor da Construção Civil, em 2019, 40.814 postos foram no segmento de Serviços Especializados para Construção (57,4%), 29.140 em Obras de Infraestrutura (41,0%) e 1.161 em Construção de Edifícios (1,6%) (Tabela 7).

A Unidade da Federação (UF) com maior saldo positivo de emprego formal no setor da Construção Civil, em 2019, foi São Paulo (19.385 postos) e a com menor saldo positivo foi Roraima (6 postos). A Unidade da Federação com maior saldo negativo foi o Ceará (-3.805 postos) e a com menor saldo negativo foi Mato Grosso do Sul (-43 postos). Ao todo, 18 UFs registraram saldo positivo de emprego formal no setor e nove registraram saldo negativo no ano (Anexo 3).

TABELA 7
Saldo de emprego formal no setor da Construção Civil
por Segmento de Atividade
Brasil, janeiro a dezembro de 2019

Mês	Construção de Edifícios	Obras de Infraestrutura	Serviços Especializados para Construção	Total
janeiro	6.434	3.480	6.077	15.991
fevereiro	6.403	1.168	4.284	11.855
março	-5.046	-801	-964	-6.811
abril	5.831	3.393	6.138	15.362
maio	-1.790	7.597	3.845	9.652
junho	148	9.863	4.038	14.049
julho	3.722	10.505	6.450	20.677
agosto	4.223	7.282	7.117	18.622
setembro	5.075	6.989	6.384	18.448
outubro	436	1.031	5.943	7.410
novembro	-4.840	-4.100	1.686	-7.254
dezembro	-19.435	-17.267	-10.184	-46.886
Ano	1.161	29.140	40.814	71.115

Fonte: Caged – Ministério da Economia

Elaboração: DIEESE

Nota: Considerando as declarações entregues fora do prazo. Consulta realizada em 15/06/2020.

A partir de janeiro de 2020, a geração de estatísticas de emprego formal passou a ser feita com base nas informações captadas pelos sistemas eSocial, Caged e Empregador Web. Assim, a série anterior do Caged foi descontinuada. Os dados de emprego formal, divulgados pelo Ministério da Economia e denominados Novo Caged³, apresentam um saldo negativo de 21.837 postos de trabalho no setor da Construção Civil, no acumulado de janeiro a abril de 2020. Ou seja, ocorreram mais desligamentos (503.726) do que admissões (481.889) no período. Os resultados negativos no acumulado do primeiro quadrimestre deste ano foram impactados pelos saldos observados nos meses de março e, especialmente, abril, que apresentaram eliminação de 15,6 mil e de 66,9 mil postos de trabalho, respectivamente, provavelmente já refletindo os impactos da pandemia. Até o primeiro trimestre do ano, o saldo era ainda positivo (Tabela 8).

³ Os dados do Novo Caged ainda não permitem fazer desagregações para os segmentos que compõem o setor da Construção Civil.

TABELA 8
Saldo de emprego formal da Construção Civil
Brasil, janeiro a abril de 2020 (ajustado)

Mês/Ano	Admissão	Desligamento	Saldo
jan/20	152.100	117.659	34.441
fev/20	144.218	117.989	26.229
mar/20	128.443	144.008	-15.565
abr/20	57.128	124.070	-66.942
Ano	481.889	503.726	-21.837

Fonte: Novo Caged - Ministério da Economia

Elaboração: DIEESE

Nota: Considerando as declarações entregues fora do prazo.

Consulta realizada em 16/06/2020, no site do Novo Caged.

Perfil dos(as) trabalhadores(as)

Com base nos dados da RAIS de 2018, é possível analisar o perfil dos(as) trabalhadores(as) formais do setor da Construção Civil. Inicialmente, observa-se que a maioria da categoria é composta de trabalhadores do sexo masculino, representando 90,1% do total. As mulheres respondem pelos 9,9% restantes, não havendo muita oscilação entre os segmentos de atividade. A remuneração nominal média dos homens, em dezembro de 2018, (R\$ 2.164,32) é 4,71% inferior à das mulheres (R\$ 2.271,34), possivelmente, em virtude de as mulheres estarem mais presentes nos cargos administrativos, que têm maior remuneração (Tabela 9).

Com relação à idade dos(as) trabalhadores(as), verifica-se que as faixas etárias predominantes são as de 30 a 39 anos, que representa quase um terço dos(as) trabalhadores(as) (32,3%) e de 40 a 49 anos (23,0%), totalizando 55,3%. Chama atenção o fato de que os(as) trabalhadores(as) com mais 50 anos representam 18,3% da categoria.

Quanto ao grau de instrução, 47,3% dos(as) trabalhadores(as) formais da Construção Civil têm o Ensino Médio Completo, 21,3% o Fundamental Incompleto e 15,1% o Fundamental Completo. Este perfil, porém, varia significativamente quando se considera cada segmento que compõe o setor. Nos Serviços Especializados para Construção, 56,4% dos(as) trabalhadores(as) têm o Ensino Médio Completo. A menor escolaridade ocorre na Construção de Edifícios, na qual 38,3% têm o Ensino Médio

Completo, 27,9% têm o Fundamental Incompleto e 17,1% o Fundamental Completo (Anexo 4).

TABELA 9
Perfil dos(as) trabalhadores(as) formais da Construção Civil
Brasil, 2018

Indicadores	Empregos	Part. (%)	Remuneração média (R\$)
- Sexo			
Masculino	1.678.296	90,1	2.164,32
Feminino	183.550	9,9	2.271,34
Total	1.861.846	100,0	2.174,87
- Faixa etária			
Até 24 anos	218.585	11,7	1.463,72
De 25 a 29 anos	275.462	14,8	1.962,34
De 30 a 39 anos	600.543	32,3	2.302,65
De 40 a 49 anos	427.619	23,0	2.368,45
De 50 a 64 anos	312.586	16,8	2.323,94
65 ou mais	27.048	1,5	2.466,49
Não informado	3	0,0	0,00
Total	1.861.846	100,0	2.174,87
- Grau de instrução			
Fundamental Incompleto	396.489	21,3	1.736,57
Fundamental Completo	280.501	15,1	1.822,25
Médio Incompleto	152.919	8,2	1.744,70
Médio Completo	879.851	47,3	2.074,06
Superior Incompleto	38.199	2,1	2.656,98
Superior Completo	113.887	6,1	5.764,08
Total	1.861.846	100,0	2.174,87

Fonte: RAIS – Ministério da Economia

Elaboração: DIEESE

Nota: Remuneração nominal média em dezembro

Perfil dos vínculos

Os vínculos de trabalho formal no setor da Construção Civil caracterizam-se pela curta duração, em parte influenciada pelas peculiaridades das atividades do setor. Em dezembro de 2018, mais da metade dos(as) trabalhadores(as) tinham menos de um ano de vínculo (50,8%), sendo que, destes, 18,9% estavam no mesmo trabalho por um período entre 6 e 11,9 meses, 17,0% por menos de 3 meses, 14,9% por entre 3 e 5,9 meses e 18,9% por entre 6 e 11,9 meses. Um quarto dos trabalhadores tinha entre 12 e 35,9 meses de

vínculo, apenas 9,9% tinham entre 36 a 59,9 meses e 14,2% 60 meses ou mais (Tabela 10).

TABELA 10
Perfil dos vínculos formais de trabalho formal na Construção Civil
Brasil, 2018

Indicadores	Empregos	Part. (%)	Remuneração média (R\$)
- Faixa de tempo de emprego			
Até 2,9 meses	316.684	17,0	1.901,42
De 3,0 a 5,9 meses	278.180	14,9	1.901,31
De 6,0 a 11,9 meses	350.964	18,9	1.947,33
De 12,0 a 35,9 meses	466.983	25,1	2.170,80
De 36,0 a 59,9 meses	184.765	9,9	2.381,70
60,0 meses ou mais	263.482	14,2	2.951,34
Não informado	788	0,0	4.283,14
Total	1.861.846	100,0	2.174,87
- Faixa de tamanho do estabelecimento			
De 1 a 9 vínculos	313.664	16,8	1.591,77
De 10 a 19 vínculos	205.539	11,0	1.811,11
De 20 a 49 vínculos	306.546	16,5	1.995,71
De 50 a 99 vínculos	219.167	11,8	2.220,85
De 100 a 499 vínculos	436.201	23,4	2.506,15
De 500 a 999 vínculos	159.674	8,6	2.534,31
1000 ou mais vínculos	221.055	11,9	2.630,03
Total	1.861.846	100,0	2.174,87
- Faixa de rendimento em dezembro			
Até 1,50 SM	469.124	25,2	1.126,22
De 1,51 a 3,00 SM's	902.326	48,5	1.969,05
De 3,01 a 5,00 SM's	231.786	12,4	3.566,17
Mais de 5,00 SM's	108.886	5,8	8.427,43
Não informado	149.724	8,0	0,00
Total	1.861.846	100,0	2.174,87

Fonte: RAIS – Ministério da Economia

Elaboração: DIEESE

Nota: Remuneração nominal média em dezembro

Com relação ao tamanho das empresas, o emprego formal no setor é caracterizado pela participação significativa das pequenas (de 20 a 99 vínculos) e microempresas (até 19 vínculos) na geração de postos de trabalho, que respondiam, em 2018, por 28,2% e 27,9% dos vínculos, respectivamente, empregando, juntas, 56,1% dos(as) trabalhadores(as). Importante destacar o peso das empresas com 1 a 9 vínculos (16,8%) e com 20 a 49 vínculos (16,5%) na geração de empregos no setor. Já as médias empresas

(com 100 a 499 vínculos) tinham participação de 23,4% e as grandes (com 500 ou mais vínculos) empregavam 20,5% da força de trabalho.

Importante destacar, também, as diferenças relevantes entre os segmentos, com a Construção de Edifícios e os Serviços Especializados para Construção ostentando participações expressivas das micro e pequenas empresas no emprego formal, respectivamente de 67,5% e 64,0%. Nas Obras de Infraestrutura, os destaques são as grandes (36,0%) e médias (29,5%) empresas, que concentraram 65,5% dos empregos, em 2018 (Anexo 5).

A remuneração média no setor da Construção Civil, em dezembro de 2018, era distribuída da seguinte forma: 48,5% dos(as) trabalhadores(as) recebiam de 1,51 a 3 salários mínimos; 25,2% até 1,5 salário mínimo; 12,4% de 3 a 5 salários mínimos; e apenas 5,8% recebiam mais de 5 salários mínimos. Assim como em relação ao tamanho das empresas, constata-se diferenças significativas entre os segmentos que compõem o setor. As menores remunerações predominavam nos segmentos de Construção de Edifícios e de Serviços Especializados para Construção, que concentravam, respectivamente, 79,1% e 76,5% dos(as) trabalhadores(as) nas faixas até 3 salários mínimos. Já o segmento de Obras de Infraestrutura, apesar de também ter a maioria dos(as) trabalhadores(as) nas faixas até 3 salários mínimos (64,3%), tinha mais de um quarto deles(as) (27,1%) com remuneração superior a este valor, participação muito superior à dos outros dois segmentos (Tabela 10 e Anexo 5).

Negociações Coletivas na Construção Civil e a Crise da Covid-19

Levantamento realizado pelo Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE) no Sistema Mediador, do Ministério da Economia - base de dados oficial das negociações coletivas brasileiras - encontrou 49 instrumentos resultantes de negociações coletivas de trabalho com reajustes salariais no setor da Construção Civil em 2020, entre Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) e Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs)⁴. Do painel analisado, a maioria é de ACTs (28 acordos), representando 57,14% do total de

⁴ Acordos Coletivos são instrumentos celebrados entre sindicato(s) de trabalhadores e uma ou mais empresas, cujo resultado se aplica apenas à(s) empresa(s) que os assina(m). Convenções Coletivas são instrumentos celebradas entre sindicato(s) de trabalhadores e sindicato(s) patronal(ais), cujo resultado se aplica a todas as empresas da base dos sindicatos acordantes.

instrumentos. As CCTs totalizaram 21 convenções, com participação de 42,86% sobre o total. (Tabela 11), Em relação aos salários, 53,1% (26 instrumentos) resultaram em ganhos reais, ou seja, estabeleceram correções salariais acima da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE). Outros 26,5% do total (13 instrumentos) resultaram apenas na reposição da inflação e, por fim, as negociações que tiveram reajuste salarial abaixo da inflação (perda salarial), representaram 20,4% do total (10 instrumentos). (Tabela 11).

TABELA 11
Distribuição dos reajustes salariais na Construção Civil,
segundo comparação com o INPC-IBGE - Brasil, 2020

Variação real	Nº	Part. (%)
Acima do INPC-IBGE	26	53,1
Mais de 2% acima	0	0
De 1,01% a 2% acima	3	6,1
De 0,51% a 1% acima	12	24,5
De 0,01% a 0,5% acima	11	22,4
Igual ao INPC-IBGE	13	26,5
De 0,01% a 0,5% abaixo	1	2
De 0,51% a 1% abaixo	2	4,1
De 1,01% a 2% abaixo	3	6,1
De 2,01% a 3% abaixo	4	8,2
Mais de 3% abaixo	0	0
Abaixo do INPC-IBGE	10	20,4
Nº de reajustes	49	100

Fonte: Sistema Mediador - Ministério da Economia.
Elaboração: DIEESE

Até o presente momento, do total de 49 instrumentos coletivos registrados de janeiro a maio de 2020, no setor da Construção Civil, e que contêm cláusulas de reajustes salariais, 32 documentos (65,3%) são referentes aos primeiros três meses do ano (datas-bases em janeiro, fevereiro e março). (Tabela 12). Praticamente a metade dos ACTs e CCTs encontrados (24 instrumentos) referem-se a negociações relativas à data-base em janeiro. Nos meses seguintes, ocorreu uma redução substancial na quantidade de documentos inscritos no Mediador, que só volta a aumentar na data-base de maio, totalizando 17 instrumentos (34,7% do total). A variação real média dos reajustes salariais do setor foi de -0,03%, indicando pequena perda de poder aquisitivo dos salários. Já a variação real mediana dos reajustes foi de 0,02% no acumulado de janeiro a maio de

2020. Isso significa que a metade dos instrumentos coletivos de trabalho registrou variação real dos reajustes inferior a esse percentual (Tabela 12).

TABELA 12
Distribuição dos reajustes salariais e variação real média e mediana dos reajustes na Construção Civil por data-base, segundo comparação com o INPC-IBGE Brasil, janeiro a maio de 2020

Data-base	Acima do INPC		Igual ao INPC		Abaixo do INPC		Total		Variação real dos reajustes	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	Média	Mediana
Janeiro	9	37,5	11	45,8	4	16,7	24	100	-0,13%	0,00%
Fevereiro	1	50	1	50	0	0	2	100	0,09%	0,09%
Março	5	83,3	0	0	1	16,7	6	100	0,19%	0,32%
Abril	0	-	0	-	0	-	0	-	0,02%	0,53%
Maio	11	64,7	1	5,9	5	29,4	17	100	0,02%	0,53%
Total	26	53,1	13	26,5	10	20,4	49	100	-0,03%	0,02%

Fonte: Sistema Mediador - Ministério da Economia.
Elaboração: DIEESE

Analisando-se a distribuição das negociações salariais por regiões, observa-se que a região Sul é a que possui, no setor da Construção Civil, a maior quantidade de negociações com reajustes salariais (23 instrumentos), representando 46,9% do total de 49 documentos analisados. Destaca-se, neste caso, o Rio Grande do Sul, estado que realizou 19 negociações e que, sozinho, responde por 38,8% do total de documentos registrados, participação maior do que a da região Sudeste, que responde por 36,7% do total. As regiões Nordeste e Norte tiveram participação de 14,3% e de 2%, respectivamente, enquanto não foram encontrados registros de negociações salariais do setor na região Centro-Oeste, de janeiro a maio de 2020 (Anexo 6).

Além do levantamento realizado no Sistema Mediador referente às negociações salariais da Construção Civil em 2020, foi também elaborado um painel dos instrumentos coletivos registrados do setor e que continuam cláusulas relacionadas à pandemia da Covid-19. No período de 01 de março a 31 de maio, foram encontrados, ao todo, 102 ACTs e CCTs da Construção Civil. Deste total, 57 (55,9%) continuam cláusulas relacionadas à crise da Covid-19 (Tabela 13).

Analisando-se a distribuição desses 57 instrumentos coletivos que tratam de questões relacionadas à pandemia, observa-se que a maioria é composta por ACTs ou Aditivos de ACTs, com um total de 35 instrumentos (61,4% do total com cláusulas

relacionadas à Covid-19). Já as CCTs ou Aditivos de CCTs totalizaram 22 instrumentos, com participação de 38,6% do mesmo total. Além disso, observa-se que, entre os ACTs e de CCTs celebrados no período, metade (50,8%) continha alguma cláusula relacionada à pandemia. Por outro lado, entre os Instrumentos Aditivos, observa-se que todos os três Aditivos de ACT continham cláusulas relativas à pandemia e 10 dos 12 Aditivos de CCT (83,3%).

TABELA 13
Número e percentual de instrumentos coletivos da Construção Civil com cláusulas sobre Covid-19, segundo tipo de instrumento Brasil, janeiro a maio de 2020

Tipo	Total		Com cláusulas relacionadas à Covid-19		Sem cláusulas relacionadas à Covid-19	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
ACT	63	100,0	32	50,8	31	49,2
ACT aditivo	3	100,0	3	100,0	0	0,0
CCT	24	100,0	12	50,0	12	50,0
CCT aditivo	12	100,0	10	83,3	2	16,7
Total	102	100,0	57	55,9	45	44,1

Fonte: Sistema Mediador - Ministério da Economia.

Elaboração: DIEESE

Nota: Instrumentos com início de vigência em 2020 e registrados no Mediador entre 01/03 e 31/05/2020.

Entre os 57 instrumentos coletivos com referências à pandemia, destacam-se aqueles que continham cláusulas que versavam sobre a Medida Provisória (MP) 936/2020, presentes em 33 dos ACTs ou CCTs (57,9% do total) (Tabela 14). Além disso, na análise desses instrumentos, foram identificadas cláusulas que tratavam de temas como MP 927/2020, MP 928/2020, estado de calamidade, isolamento social, férias coletivas, estabilidade, *lay-off*, teletrabalho, banco de horas e seguro desemprego, todas relacionadas à Covid-19.

TABELA 14
Número e percentual de instrumentos coletivos da Construção Civil
com cláusulas sobre a MP 936, segundo tipo de instrumento
Brasil, janeiro a maio de 2020

Tipo	Com cláusulas relacionadas à Covid-19		Com referência à MP 936/2020		Sem referência à MP 936/2020	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
ACT	32	100,0	18	56,3	14	43,7
ACT aditivo	3	100,0	0	0,0	3	100,0
CCT	12	100,0	10	83,3	2	16,7
CCT aditivo	10	100,0	5	50,0	5	50,0
Total	57	100,0	33	57,9	24	42,1

Fonte: Sistema Mediador - Ministério da Economia.

Elaboração: DIEESE

Nota: Instrumentos com início de vigência em 2020 e registrados no Mediador entre 01/03 e 31/05/2020.

A distribuição dos ACTs e CCTs registrados com cláusulas que tratam da crise da Covid-19, segundo região geográfica do país, ocorre da seguinte forma: Sudeste, 14 instrumentos (24,6%); Sul, 14 (24,6%); Nordeste, 12 (21,1%); Centro-Oeste, 10 (17,5%); e Norte, 7 (12,3%). Entre as Unidades da Federação, destaque para cinco, que concentraram 61,4% dos instrumentos coletivos selecionados: Rio Grande do Sul (9), São Paulo (9), Mato Grosso (7), Ceará (5) e Pará (5), que totalizaram 35 instrumentos. Destaca-se, ainda, que foi encontrado apenas um instrumento de abrangência interestadual no painel, localizado na região Norte (Anexo 7).

Convenção Coletiva Especial Covid-19

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção Civil Pesada (SINICON) formulou uma Convenção Coletiva de Trabalho Especial para o período de pandemia ou enquanto durarem as medidas de distanciamento social que paralisaram algumas atividades econômicas. Basicamente, a CCT Especial Covid-19 trata das relações de trabalho à luz das Medidas Provisórias 927 e 936, que dispõem sobre um regime trabalhista especial para o enfrentamento à pandemia da Covid-19, no que diz respeito aos impactos das medidas de distanciamento social sobre as empresas. A MP 927 dispõe sobre “as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19)”.

De acordo com a MP 927, durante a vigência do estado de calamidade pública, os empregadores passam a dispor de um conjunto de vantagens em relação à legislação trabalhista podendo, inclusive, alterar os contratos de trabalho unilateralmente ou mediante acordos individuais, que se sobreporão aos acordos e convenções coletivas em vigor.

Já a MP 936 instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, a fim de enfrentar os impactos da pandemia nas empresas e sobre o emprego, possibilitando redução de jornada com redução proporcional de salários por 90 dias ou suspensão do contrato de trabalho por dois meses.

Entre o início do estado de calamidade pública e o dia 18 de junho de 2020, foram celebradas 12 Convenções Coletivas nos estados de Alagoas, Piauí, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pará, Maranhão e Amazonas. Em apenas uma dessas 12 convenções há cláusulas que tratam das condições de saúde e segurança no trabalho, em relação à Covid-19. São duas cláusulas na CCT Especial celebrada no estado do Pará que, basicamente, reproduzem as orientações da OMS em relação às medidas de isolamento social e prevenção à Covid-19, especialmente em ambientes com grande aglomeração de pessoas, como os alojamentos dos trabalhadores. Nas demais CCTs há apenas a ratificação de medidas que já constam nas MPs 927 e 936, certamente no sentido de garantir segurança jurídica para as empresas durante este período excepcional.

As cláusulas transpõem para as CCTs os artigos das MPs que dizem respeito ao teletrabalho, redução de jornada com redução proporcional de salários, suspensão de contrato de trabalho, banco de horas, férias, antecipação de feriados durante a pandemia, garantia provisória de emprego, benefício emergencial de preservação do emprego e da renda.

A vigência das CCTs Especiais foi definida para o período de 1º de abril a 30 de junho de 2020. Em todas elas, está prevista a ultratividade das CCTs originais, com garantia das datas-bases tradicionais.

Greves recentes no setor da Construção Civil (2019-2020)

O Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-DIEESE), reúne informações sobre as

paralisações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 40 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

Em 2019, no período de janeiro a maio, foram registradas 17 greves na Construção no país. No mesmo período deste ano de 2020, foram apenas nove paralisações, uma redução de 47,1%, praticamente a metade. Em relação à quantidade de horas paradas, que equivale à soma das horas de cada greve, as mobilizações dos trabalhadores da Construção apresentaram redução expressiva no período analisado: o total de horas paradas no setor, no acumulado de janeiro a maio de 2019, foi de 868 horas; já no acumulado de 2020, o total foi de 104 horas, queda expressiva de 88,2% (Tabela 15).

Observa-se que, em termos de segmento de atividade econômica, a Construção Civil concentrava a maior parte das greves realizadas. No acumulado de janeiro a maio de 2019, foram 10 paralisações (58,8% do total de 17 greves no setor) e, no mesmo período de 2020, foram seis greves (66,7% das nove paralisações registradas). Analisando o número de horas paradas, nota-se que, no período de janeiro a maio de 2019, a Construção Pesada foi responsável 68,2% do total das horas paradas e, no mesmo período de 2020, o segmento com maior participação foi o da Construção Civil (38,5%), superando o verificado nos segmentos de Montagem Industrial e da Construção Pesada, que tiveram, cada uma, participação de 30,8% sobre o total.

TABELA 15
Número de Greves e Horas Paradas na Construção Civil,
por segmento de atividade
Brasil, janeiro a maio de 2019 e janeiro a maio de 2020

Segmento	Número de Greves				Número de Horas Paradas			
	jan a mai 2019		jan a mai 2020		jan a mai 2019		jan a mai 2020	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
Construção	1	5,9	0	0,0	80	9,2	0	0,0
Montagem Industrial	1	5,9	1	11,1	40	4,6	32	30,8
Construção Civil	10	58,8	6	66,7	156	18,0	40	38,5
Construção Pesada	5	29,4	2	22,2	592	68,2	32	30,8
Total	17	100,0	9	100,0	868	100,0	104	100,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Elaboração: DIEESE

Outro indicador analisado refere-se ao caráter das greves realizadas no setor da Construção. Em 2019, 94,1% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de

reivindicações (relativos ao descumprimento da legislação ou de acordos ou convenções coletivas de trabalho em vigor, ou à manutenção de direitos preexistentes), sendo que a maioria delas (88,2%) era referente ao descumprimento de direitos e 29,4%, relativos à manutenção das condições vigentes. Neste ano de 2020, nota-se um aumento das greves defensivas, sendo que, em todas as mobilizações registradas no setor havia, pelo menos, um item na pauta relacionado ao Descumprimento de Direitos (88,9%) e/ou Manutenção das Condições Vigentes (55,6%). As greves de caráter propositivo (por criação de novos direitos ou ampliação dos já existentes) praticamente mantiveram a sua participação nos dois períodos analisados; 23,5%, em 2019, e 22,2%, em 2020 (Tabela 16).

TABELA 16
Caráter das Greves na Construção Civil
Brasil, janeiro a maio de 2019 e janeiro a maio de 2020

Caráter	jan a mai 2019		jan a mai 2020	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
Propositivas	4	23,5	2	22,2
Defensivas	16	94,1	9	100,0
Descumprimento de direitos	15	88,2	8	88,9
Manutenção de condições vigentes	5	29,4	5	55,6
Total	17	100%	9	100%

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves –(SAG)

Elaboração: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

As reivindicações relacionadas a Atraso de Salário (58,8%), Alimentação (52,9%), Participação nos Lucros ou Resultados – PLR - (23,5%) e Reajuste Salarial (23,5%) foram as mais frequentes, em 2019. Este cenário que se altera significativamente, em 2020, com a redução drástica das reivindicações relacionadas à PLR e ao Reajuste Salarial, que caíram de quatro greves para apenas uma. Deste modo, passam a ter maior participação as exigências ligadas a Alimentação (55,6%), Atraso de Salário (33,3%) e Horas Extras (33,3%).

TABELA 17
Principais reivindicações das Greves na Construção Civil
Brasil, janeiro a maio de 2019 e janeiro a maio de 2020

Reivindicação	jan a mai 2019		jan a mai 2020	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
Atraso de Salário	10	58,8	3	33,3
Alimentação	9	52,9	5	55,6
PLR - Participação nos Lucros ou Resultados	4	23,5	1	11,1
Reajuste Salarial	4	23,5	1	11,1
Horas Extras	2	11,8	3	33,3
Transporte	2	11,8	2	22,2
Demissão	2	11,8	0	0,0
Distribuição/duração de Jornada	2	11,8	0	0,0
Folga	2	11,8	0	0,0
Piso Salarial	2	11,8	0	0,0
Redução Salarial	2	11,8	0	0,0
Total	17	100,0	9	100,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

Elaboração: DIEESE

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Considerações finais

A crise econômica que afeta o país nos últimos anos atingiu fortemente o setor da Construção Civil. Esse setor é um termômetro importante da economia e reflete rapidamente os impactos gerados tanto pelo crescimento econômico quanto pela estagnação ou recessão. A interrupção do ciclo de crescimento da Construção Civil na primeira metade da década de 2010 se deu em um ambiente de desaceleração econômica em todos os setores. Contudo, um dos efeitos diretos da interrupção desse ciclo, a partir de 2014 e ainda nos dias de hoje, é a redução bastante significativa do emprego no setor, tradicionalmente intensivo em mão de obra.

A partir de 2015, a retração econômica reduziu o nível de ocupação e os rendimentos do trabalho de forma intensa, contraiu a oferta de empregos mais estáveis e elevou as formas de inserção mais precárias no setor. As conquistas obtidas pelos trabalhadores, entre 2004 e 2014, como a elevação da ocupação, ganhos reais de salários e o aumento da formalização nas relações de trabalho, retrocederam sensivelmente.

O setor da Construção Civil é dependente de investimentos públicos e privados. Seu desempenho também depende bastante do crédito. Sem a retomada consistente e continuada dos investimentos, o setor tende a manter a tendência de retração ou baixo crescimento verificada nos últimos anos. A redução do crédito, sobretudo para pessoas físicas nos últimos anos e a piora no mercado de trabalho como um todo - com elevado desemprego - também têm impacto bastante negativo no desempenho desse setor. Junto a isso, a flexibilização das condições de saques das contas do FGTS, tanto ativas quanto inativas, significa redução numa das fontes de recursos mais robustas para a Construção Civil seja para o setor imobiliário, como para saneamento, mobilidade e infraestrutura.

Em contraste com a visão econômica tradicional, não intervencionista, o crescimento econômico do período entre 2004 e 2014 demonstrou que o Estado é um agente capaz de induzir o crescimento e que a melhora da atividade econômica depende de investimentos em setores-chave da economia. Neste sentido, o setor da Construção Civil tem se apresentado como estratégico para o desenvolvimento nacional, uma vez que a cadeia produtiva na qual se insere é grande e complexa. O investimento no setor exerce grande efeito multiplicador na economia, dinamizando outros setores, como a indústria de cimento, de máquinas e equipamentos, a siderurgia, entre outros.

Desse modo, o abandono da agenda desenvolvimentista, nos últimos anos, também tem significado um freio para diversos outros setores com relação direta ou indireta com a Construção Civil. Investimentos na Construção, além de estratégicos, devem ser prioritários na alocação de recursos (especialmente públicos), pois seus efeitos na renda, no produto, no emprego e nos tributos são elevados.

A paralisia de políticas públicas importantes, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, além de trazer sérios impactos econômicos, desconsidera a importância da redução do déficit imobiliário, especialmente para as famílias de baixa renda, garantindo-lhes o acesso à moradia digna como um direito social.

Assim como tem ocorrido na economia como um todo, a análise dos indicadores revela a dificuldade de recuperação da Construção Civil no Brasil, nos últimos anos. Com a nova crise econômica, a partir da pandemia provocada pelo coronavírus (Covid-19), e também do esvaziamento do papel do Estado como indutor de investimentos, especialmente no setor da Construção Civil, o cenário deve se agravar em 2020. Esses

efeitos, contudo, só devem ser percebidos mais claramente nos próximos meses, a partir da divulgação dos indicadores do 2º semestre do ano.

É inegável a necessidade de retomada dos investimentos públicos e privados no país, especialmente no setor da Construção Civil, por seu forte potencial na geração de empregos e dinamização da economia. Contudo, o cenário é de grande incerteza, agravada pela conduta ambígua dos governos federal e estaduais em relação à pandemia do coronavírus. Junto a isso, a escolha do governo federal pelo aprofundamento das medidas de austeridade fiscal - materializada, sobretudo, na manutenção da EC 95, que reduz fortemente a capacidade de investimento do setor público – tornam pouco provável que este projeto tenha adesão do setor privado e que o próprio governo tenha capacidade de executá-lo.

ANEXOS**ANEXO 1****Distribuição dos ocupados na Construção Civil, segundo posição na ocupação (%)
Brasil, 2012 a 2019**

Posição na ocupação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Empregado formal no setor privado	32,4	33,2	31,6	29,2	27,4	24,0	22,6	22,2
Empregado informal no setor privado	18,6	18,0	17,4	16,5	18,0	19,1	20,0	19,9
Empregador sem Previdência	2,5	2,0	1,8	1,8	2,0	2,0	2,8	2,3
Empregador com Previdência	2,0	2,3	2,1	2,5	2,5	3,0	2,9	2,6
Conta-própria sem Previdência	37,1	36,0	38,5	40,2	39,4	41,1	40,4	41,9
Conta-própria com Previdência	6,8	8,1	8,2	9,2	9,9	10,1	10,7	10,5
Outras posições na ocupação	0,7	0,5	0,4	0,7	0,8	0,7	0,6	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0

Fonte: PNAD Contínua – IBGE

Elaboração: DIEESE

Notas:

(1) A amostra não comporta desagregação para a categoria.

(2) A soma das atividades pode não ser igual ao total do setor, uma vez que nem sempre a amostra comporta desagregação.

ANEXO 2
Estoque de empregos formais, participação relativa e remuneração média⁽¹⁾ na Construção Civil por Segmento de Atividade
Unidades da Federação, 2018

Estados	Construção de Edifícios			Obras de Infra-Estrutura			Serviços Especializados para Construção			Total		
	Empregos	Part. %	Remuneração média (R\$)	Empregos	Part. %	Remuneração média (R\$)	Empregos	Part. %	Remuneração média (R\$)	Empregos	Part. %	Remuneração média (R\$)
São Paulo	150.916	22,7	2.240,91	147.739	25,7	2.840,94	216.535	34,7	2.310,59	515.190	27,7	2.442,27
Minas Gerais	89.452	13,5	1.750,93	75.800	13,2	2.313,40	69.002	11,1	2.041,94	234.254	12,6	2.018,65
Rio de Janeiro	32.831	4,9	2.302,25	62.225	10,8	2.881,89	57.181	9,2	2.263,35	152.237	8,2	2.524,56
Paraná	37.051	5,6	1.969,92	37.150	6,5	2.721,74	38.298	6,1	2.052,71	112.499	6,0	2.246,37
Bahia	37.721	5,7	2.000,89	38.482	6,7	2.267,45	29.312	4,7	2.143,77	105.515	5,7	2.137,80
Rio Grande do Sul	35.587	5,4	1.860,44	29.180	5,1	2.481,98	39.345	6,3	2.037,28	104.112	5,6	2.101,47
Santa Catarina	37.583	5,7	2.005,14	15.951	2,8	2.663,89	29.396	4,7	2.017,02	82.930	4,5	2.136,06
Pernambuco	29.097	4,4	1.666,00	17.921	3,1	2.077,09	15.666	2,5	1.693,19	62.684	3,4	1.790,32
Pará	17.948	2,7	1.552,59	21.711	3,8	2.564,91	19.222	3,1	2.121,75	58.881	3,2	2.111,67
Goiás	20.787	3,1	1.738,51	20.064	3,5	2.304,42	16.223	2,6	1.928,54	57.074	3,1	1.991,47
Ceará	25.327	3,8	1.536,29	19.607	3,4	2.090,27	12.024	1,9	1.840,74	56.958	3,1	1.791,26
Distrito Federal	18.407	2,8	1.863,76	11.731	2,0	3.836,26	12.290	2,0	2.148,60	42.428	2,3	2.491,65
Espírito Santo	11.061	1,7	1.552,56	14.930	2,6	2.262,51	13.192	2,1	1.985,37	39.183	2,1	1.968,79
Maranhão	17.195	2,6	1.484,65	10.505	1,8	2.078,31	6.777	1,1	1.842,43	34.477	1,9	1.735,86
Mato Grosso	13.792	2,1	1.775,66	12.086	2,1	2.382,98	6.881	1,1	1.908,41	32.759	1,8	2.027,61
Paraíba	16.530	2,5	1.418,61	4.179	0,7	1.976,34	3.886	0,6	1.582,95	24.595	1,3	1.539,34
Rio Grande do Norte	12.997	2,0	1.570,65	4.512	0,8	2.459,08	5.543	0,9	1.642,33	23.052	1,2	1.761,78
Mato Grosso do Sul	7.618	1,1	1.751,03	6.222	1,1	2.145,55	5.745	0,9	1.587,48	19.585	1,1	1.828,39
Amazonas	6.194	0,9	2.089,13	3.478	0,6	2.278,13	8.603	1,4	1.801,40	18.275	1,0	1.989,65
Alagoas	11.754	1,8	1.472,69	3.269	0,6	2.193,77	3.101	0,5	1.504,28	18.124	1,0	1.608,15
Piauí	11.352	1,7	1.521,76	3.725	0,6	1.994,66	2.671	0,4	1.476,81	17.748	1,0	1.614,25
Sergipe	7.304	1,1	1.641,74	2.992	0,5	2.437,40	4.347	0,7	2.275,75	14.643	0,8	1.992,53
Tocantins	4.274	0,6	1.556,01	4.462	0,8	2.271,74	1.238	0,2	1.635,11	9.974	0,5	1.886,02
Rondônia	3.871	0,6	1.557,69	3.203	0,6	1.953,58	2.514	0,4	1.638,39	9.588	0,5	1.711,10
Amapá	2.962	0,4	1.339,02	1.131	0,2	2.568,23	1.388	0,2	1.466,10	5.481	0,3	1.624,85
Acre	1.835	0,3	1.378,00	1.556	0,3	2.321,21	1.982	0,3	1.390,30	5.373	0,3	1.655,69
Roraima	1.928	0,3	1.555,83	1.406	0,2	2.102,76	893	0,1	1.853,72	4.227	0,2	1.800,69
Total	663.374	100,0	1.887,64	575.217	100,0	2.565,32	623.255	100,0	2.120,24	1.861.846	100,0	2.174,87

Fonte: RAIS – Ministério da Economia

Nota: (1) Remuneração nominal média em dezembro

ANEXO 3

**Saldo de emprego formal no setor da Construção Civil por Segmento de Atividade
Unidades da Federação, janeiro a dezembro de 2019**

UF	Construção de Edifícios	Obras de Infraestrutura	Serviços Especializados para Construção	Total
São Paulo	3.925	4.218	11.242	19.385
Minas Gerais	-3.839	14.362	8.498	19.021
Bahia	553	7.566	3.432	11.551
Santa Catarina	2.104	2.309	2.271	6.684
Paraná	1.989	2.203	1.844	6.036
Rio de Janeiro	1.490	-598	2.529	3.421
Maranhão	-135	2.061	1.303	3.229
Piauí	698	1.867	139	2.704
Distrito Federal	1.273	-814	1.834	2.293
Amazonas	218	414	1.493	2.125
Espírito Santo	815	-26	702	1.491
Alagoas	-481	-97	1.731	1.153
Goiás	-485	-1.048	2.663	1.130
Rio Grande do Norte	-5	457	499	951
Rondônia	-545	1.477	-203	729
Mato Grosso	-482	249	656	423
Acre	-225	263	110	148
Roraima	-282	258	30	6
Mato Grosso do Sul	-327	-151	435	-43
Pernambuco	230	269	-714	-215
Amapá	115	21	-371	-235
Paraíba	-1.292	502	427	-363
Sergipe	42	-848	198	-608
Paraíba	-905	850	-563	-618
Tocantins	-382	-1.522	6	-1.898
Rio Grande do Sul	-669	-2.717	-194	-3.580
Ceará	-2.237	-2.385	817	-3.805
Total	1.161	29.140	40.814	71.115

Fonte: Caged – Ministério da Economia

Nota: Considerando as declarações entregues fora do prazo. Consulta realizada em 15/06/2020

ANEXO 4
Perfil dos(as) trabalhadores(as) formais da Construção Civil por Segmento de Atividade da CNAE
Brasil, 2018

Indicadores	Construção de Edifícios			Obras de Infra-Estrutura			Serviços Especializados para Construção			Total		
	Empregos	Part. (%)	Remuneração média (R\$)	Empregos	Part. (%)	Remuneração média (R\$)	Empregos	Part. (%)	Remuneração média (R\$)	Empregos	Part. (%)	Remuneração média (R\$)
- Sexo												
Masculino	596.352	89,9	1.836,61	523.385	91,0	2.567,97	558.559	89,6	2.135,98	1.678.296	90,1	2.164,32
Feminino	67.022	10,1	2.341,65	51.832	9,0	2.538,65	64.696	10,4	1.984,35	183.550	9,9	2.271,34
Total	663.374	100,0	1.887,64	575.217	100,0	2.565,32	623.255	100,0	2.120,24	1.861.846	100,0	2.174,87
- Faixa etária												
Até 24 anos	75.391	11,4	1.351,16	62.370	10,8	1.583,52	80.824	13,0	1.476,27	218.585	11,7	1.463,72
De 25 a 29 anos	93.873	14,2	1.777,47	82.732	14,4	2.251,10	98.857	15,9	1.896,23	275.462	14,8	1.962,34
De 30 a 39 anos	201.452	30,4	1.983,27	192.750	33,5	2.714,51	206.341	33,1	2.229,74	600.543	32,3	2.302,65
De 40 a 49 anos	158.112	23,8	2.015,46	133.089	23,1	2.810,59	136.418	21,9	2.346,22	427.619	23,0	2.368,45
De 50 a 64 anos	124.209	18,7	1.973,22	94.886	16,5	2.786,54	93.491	15,0	2.320,40	312.586	16,8	2.323,94
65 ou mais	10.336	1,6	1.953,66	9.388	1,6	3.081,79	7.324	1,2	2.401,53	27.048	1,5	2.466,49
Não informado	1	0,0	0,00	2	0,0	0,00	0	0,0	0,00	3	0,0	0,00
Total	663.374	100,0	1.887,64	575.217	100,0	2.565,32	623.255	100,0	2.120,24	1.861.846	100,0	2.174,87
- Grau de instrução												
Fundamental Incompleto	184.966	27,9	1.571,33	125.229	21,8	1.947,91	86.294	13,8	1.784,04	396.489	21,3	1.736,57
Fundamental Completo	113.437	17,1	1.607,39	81.417	14,2	2.091,68	85.647	13,7	1.850,72	280.501	15,1	1.822,25
Médio Incompleto	56.590	8,5	1.563,42	45.116	7,8	1.982,35	51.213	8,2	1.735,64	152.919	8,2	1.744,70
Médio Completo	254.152	38,3	1.745,08	273.940	47,6	2.443,34	351.759	56,4	2.024,16	879.851	47,3	2.074,06
Superior Incompleto	13.693	2,1	2.362,40	10.957	1,9	3.055,89	13.549	2,2	2.632,10	38.199	2,1	2.656,98
Superior Completo	40.536	6,1	5.301,26	38.558	6,7	6.980,08	34.793	5,6	4.955,70	113.887	6,1	5.764,08
Total	663.374	100,0	1.887,64	575.217	100,0	2.565,32	623.255	100,0	2.120,24	1.861.846	100,0	2.174,87

Fonte: RAIS – Ministério da Economia

Nota: (1) Remuneração nominal média em dezembro

ANEXO 5
Perfil dos vínculos de trabalho formal na Construção Civil por Segmento de Atividade da CNAE
Brasil, 2018

Indicadores	Construção de Edifícios			Obras de Infra-Estrutura			Serviços Especializados para Construção			Total		
	Empregos	Part. (%)	Remuneração média (R\$)	Empregos	Part. (%)	Remuneração média (R\$)	Empregos	Part. (%)	Remuneração média (R\$)	Empregos	Part. (%)	Remuneração média (R\$)
- Faixa de tempo de emprego												
Até 2,9 meses	126.360	19,0	1.695,94	95.373	16,6	2.229,43	94.951	15,2	1.845,41	316.684	17,0	1.901,42
De 3,0 a 5,9 meses	111.737	16,8	1.704,57	82.082	14,3	2.251,53	84.361	13,5	1.821,14	278.180	14,9	1.901,31
De 6,0 a 11,9 meses	132.819	20,0	1.719,64	103.962	18,1	2.315,03	114.183	18,3	1.877,39	350.964	18,9	1.947,33
De 12,0 a 35,9 meses	154.346	23,3	1.884,78	145.327	25,3	2.563,79	167.310	26,8	2.093,31	466.983	25,1	2.170,80
De 36,0 a 59,9 meses	57.187	8,6	2.093,38	58.902	10,2	2.763,22	68.676	11,0	2.294,56	184.765	9,9	2.381,70
60,0 meses ou mais	80.656	12,2	2.570,60	89.305	15,5	3.367,74	93.521	15,0	2.882,06	263.482	14,2	2.951,34
Não informado	269	0,0	4.053,51	266	0,0	5.272,14	253	0,0	3.487,47	788	0,0	4.283,14
Total	663.374	100,0	1.887,64	575.217	100,0	2.565,32	623.255	100,0	2.120,24	1.861.846	100,0	2.174,87
- Faixa de tamanho do estabelecimento												
De 1 a 9 vínculos	129.422	19,5	1.532,96	37.736	6,6	1.837,46	146.506	23,5	1.580,44	313.664	16,8	1.591,77
De 10 a 19 vínculos	88.619	13,4	1.695,04	34.610	6,0	2.040,23	82.310	13,2	1.839,73	205.539	11,0	1.811,11
De 20 a 49 vínculos	133.051	20,1	1.811,92	66.736	11,6	2.273,93	106.759	17,1	2.050,86	306.546	16,5	1.995,71
De 50 a 99 vínculos	96.620	14,6	1.999,68	59.287	10,3	2.530,11	63.260	10,1	2.268,81	219.167	11,8	2.220,85
De 100 a 499 vínculos	154.260	23,3	2.216,23	169.597	29,5	2.753,53	112.344	18,0	2.530,79	436.201	23,4	2.506,15
De 500 a 999 vínculos	29.134	4,4	1.967,14	81.953	14,2	2.723,32	48.587	7,8	2.555,60	159.674	8,6	2.534,31
1000 ou mais vínculos	32.268	4,9	2.173,18	125.298	21,8	2.743,35	63.489	10,2	2.638,57	221.055	11,9	2.630,03
Total	663.374	100,0	1.887,64	575.217	100,0	2.565,32	623.255	100,0	2.120,24	1.861.846	100,0	2.174,87
- Faixa de rendimento em dezembro												
Até 1,50 SM	206.448	31,1	1.123,26	109.183	19,0	1.119,08	153.493	24,6	1.135,29	469.124	25,2	1.126,22
De 1,51 a 3,00 SM's	318.404	48,0	1.895,71	260.920	45,4	2.067,77	323.002	51,8	1.961,60	902.326	48,5	1.969,05
De 3,01 a 5,00 SM's	50.009	7,5	3.566,95	105.429	18,3	3.576,45	76.348	12,2	3.551,46	231.786	12,4	3.566,17
Mais de 5,00 SM's	28.153	4,2	8.465,54	50.213	8,7	8.699,95	30.520	4,9	7.943,91	108.886	5,8	8.427,43
Não informado	60.360	9,1	0,00	49.472	8,6	0,00	39.892	6,4	0,00	149.724	8,0	0,00
Total	663.374	100,0	1.887,64	575.217	100,0	2.565,32	623.255	100,0	2.120,24	1.861.846	100,0	2.174,87

Fonte: RAIS – Ministério da Economia

Nota: (1) Remuneração nominal média em dezembro

ANEXO 6
Distribuição dos instrumentos coletivos da Construção Civil, segundo Região Geográfica e Unidade da Federação – Brasil, janeiro a maio de 2020

Região / UF	Painel	
	Nº	Part. %
Norte	1	2,0
Acre	0	-
Amazonas	0	-
Amapá	0	-
Pará	1	2,0
Rondônia	0	-
Roraima	0	-
Tocantins	0	-
Nordeste	7	14,3
Alagoas	0	-
Bahia	0	-
Ceará	0	-
Maranhão	7	14,3
Paraíba	0	-
Pernambuco	0	-
Piauí	0	-
Rio Grande do Norte	0	-
Sergipe	0	-
Centro-Oeste	0	-
Distrito Federal	0	-
Goiás	0	-
Mato Grosso	0	-
Mato Grosso do Sul	0	-
Sudeste	18	36,7
Espírito Santo	0	-
Minas Gerais	8	16,3
Rio de Janeiro	3	6,1
São Paulo	7	14,3
Sul	23	46,9
Paraná	0	-
Rio Grande do Sul	19	38,8
Santa Catarina	4	8,2
Multirregional	0	-
Nacional	0	-
TOTAL	49	100,0

Fonte: Sistema Mediador - Ministério da Economia.

Elaboração: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS)

ANEXO 7
Número e percentual dos instrumentos coletivos da Construção Civil com cláusulas sobre Covid-19 e MP 936, segundo Região Geográfica e Unidade da Federação Brasil, 2020

Região / UF	Painel Covid-19		MP 936		Instrumentos analisados (nº)
	Nº	Part. %	Nº	Part. %	
Norte	7	77,8	3	33,3	9
Acre	0	-	0	-	0
Amazonas	1	100	1	100	1
Amapá	5	71,4	2	28,6	7
Pará	0	-	0	-	0
Rondônia	0	-	0	-	0
Roraima	0	-	0	-	0
Tocantins	1	100	0	0	1
Nordeste	12	54,5	10	45,5	22
Alagoas	0	-	0	-	0
Bahia	2	66,7	2	66,7	3
Ceará	5	83,3	3	50	6
Maranhão	1	12,5	1	12,5	8
Paraíba	0	0	0	0	1
Pernambuco	2	100	2	100	2
Piauí	1	100	1	100	1
Rio Grande do Norte	0	-	0	-	0
Sergipe	1	100	1	100	1
Centro-Oeste	10	66,7	5	33,3	15
Distrito Federal	3	100	2	66,7	3
Goiás	0	-	0	-	0
Mato Grosso	0	-	0	-	0
Mato Grosso do Sul	7	58,3	3	25	12
Sudeste	14	53,8	8	30,8	26
Espírito Santo	0	-	0	-	0
Minas Gerais	0	0	0	0	6
Rio de Janeiro	5	71,4	1	14,3	7
São Paulo	9	69,2	7	53,8	13
Sul	14	46,7	7	23,3	30
Paraná	2	40	1	20	5
Rio Grande do Sul	9	56,3	5	31,3	16
Santa Catarina	3	33,3	1	11,1	9
Multirregional ou Nacional	0	-	0	-	0
TOTAL	57	55,9	33	32,4	102

Fonte: Sistema Mediador - Ministério da Economia.

Elaboração: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS)

Nota: Instrumentos com início de vigência em 2020 e registrados no Mediador entre 01/03 e 31/05/2020



Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe responsável

Ana Georgina Dias

Fabiano Camargo da Silva

Nádia Vieira de Souza

Sandro Silva

Apoio técnico

Gustavo Monteiro

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Rodrigo Linhares

Revisão

Carlindo Rodrigues de Oliveira